

Da Falência à Concordata

O sr. Getúlio Vargas conhecia perfeitamente a situação do País, ao candidatar-se pela terceira vez ao governo nacional. Da sua atividade senatória, a única coisa que se conhece são os seus discursos de crítica e oposição ao governo do sr. Eurico Dutra, nos quais se pinta a triste situação do País. Ao candidatar-se, conhecia também o sistema de governo com que operaria, se fôsse eleito. Isto não obstante, fez ao eleitorado as mais mirabolantes promessas. As dificuldades presentes deviam-se unicamente à incapacidade do governo, nunca à tremenda herança que este recebera da Ditadura getuliana. E o candidato com a sua capacidade, com a sua experiência, com o seu amor aos humildes, haveria de transformar tudo, como ao toque de vara mágica.

Acreditaria ele próprio nas promessas eleitorais que fazia? Dificultoso é responder. Todo mistificador acaba acreditando, mais ou menos, na sua mistificação. É possível, pois, que, tendo prometido cousas maravilhosas, o sr. Getúlio Vargas tenha chegado a acreditar nas maravilhas imaginadas.

De toda forma, uma grande parte do povo acreditou nelas. Tão grande parte foi, que levou novamente ao governo o antigo ditador. Debalde se advertiu, debalde se procurou despertar a memória neste povo desmemoriado. Dos três candidatos, teve a preferência o que nunca deveria ter sido eleito.

Ora, sucedeu o que era inevitável. O sr. Getúlio Vargas não fez o prometido milagre. O custo da vida, que dissera fãria baixar, nem sequer se deteve: continuou a subir, e com ainda maior aceleração. Não se desconcertou, porém, o taumaturgo, tanto confia ele na inesgotável ingenuidade da sua gente. O milagre ainda não se produziu, se bem já tenham decorrido quase dois anos, não por culpa do milagreiro, mas por causa de algumas influencias malélicas emanadas dos políticos e do Congresso, em particular...

Tais alegações foram em tempo desfeitas. O Congresso não consentiu em ser caluniado e não quis oferecer-se em holocausto ao Presidente. E este mesmo teve de reconhecer, afinal, que tudo quanto pdira, lhe fôra dado. O Congresso nenhuma dificuldade lhe criara.

Necessário se tornava, portanto, procurar outro bode expiatório. A culpa da falência presidencial haveria de caber então aos ministros, já supostamente incapazes ao serem nomeados, pois se declarara então ser de simples experiência o ministério de que faziam parte; e, além, dos ministros, também aos partidos políticos que, fazendo uma das mais brandas oposições, se reservavam o elementar direito de crítica. Assim surgiu a panacéia do governo de união nacional.

Tal governo, se chegasse a constituir-se, significaria apenas que, reconhecendo-se incapaz de cumprir as suas promessas, o sr. Getúlio Vargas pretende lançar, sobre os ombros de seus ministros, a responsabilidade da falência e, sobre os partidos, principalmente os partidos de oposição o onus de realizar o que ele não pôde. Serão estes suficientemente estultos para aceitar o sacrifício, ou tão cobiçoso de poder, que aceitem a prebenda?

Não o sabemos, mas uma coisa convém que fique bem clara aos olhos do povo. O sr. Getúlio Vargas censurou e repetidamente o governo do sr. Eurico Dutra, por não ter este sabido tornar mais fácil a vida e, como candidato, prometeu isto conseguiria facilmente. Se até agora o não cumpriu, se já agora se confessa incapaz de realiza-lo sem o auxílio dos seus adversários políticos exclusivamente a si mesmo o deve e não ao regime político vigente, como estão proclamando os ~~extremistas~~ fanatizados, ainda sobreviventes à ruína de seu ido-

lo. Desejariam eles a ditadura, para que, sem os óbices opostos pelo Congresso, o taumaturgo pudesse realizar os prometidos milagres.

Mas a verdade é que, neste regime e na atual situação política, o sr. Getúlio Vargas está exercendo praticamente a ditadura pessoal, pois faz sem impecilhos o que bem lhe parece. Até leis manifestamente inconstitucionais arrancou ele ao Congresso, porque as dizia indispensáveis à realização das suas promessas. A única diferença existente entre a ditadura formal e a ditadura real, que ora exerce, está em que as leis reputadas urgentes levam algumas semanas a elaborar-se, ao passo que um decreto-lei demanda apenas o tempo necessário a ser rascunhado, passado a limpo e assinado. Mas todos os instrumentos legais lhe tem dado o Congresso com a maior celeridade possível e, se alguma censura merece ele, é ter sido demasiado complacente, é ter concedido muita vez ao presidente o que lhe deveria recusar.

Não é, pois, por falta de legislação adequada, que fãhou o governo do sr. Getúlio Vargas. Essa aí está, em parte aplicada, e quase sempre mal aplicada, em parte abandonada e esquecida. Será, então, por culpa dos ministros? Não há ministros que valham com um presidente como esse. Os melhores sentem-se sem autoridade, apanhados que ficam entre as intrigas do Paço e órgãos poderosos como o D. A. S. P., diretamente subordinados ao Presidente da República. Não passam, realmente, de comparsas, que nenhuma influência decisiva têm no desenvolvimento do drama e muito menos podem que um valido.

Mas, dado que aos ministros se pudesse atribuir o desastre político e administrativo do Governo, ao sr. Getúlio Vargas caberia inteiramente a responsabilidade.

É preciso não esquecer, com efeito, que, segundo o nosso regime constitucional, o Presidente da República escolhe livremente os seus ministros. Nem o Congresso, nem os Partidos podem interferir, legalmente na organização do ministério. O Presidente escolhe tão livremente os seus ministros, como se fôra um ditador. Errou na escolha? Demonstrou não possuir o mais importante atributo do bom administrador, que é saber escolher os seus auxiliares. E, se errou, como agora parece confessar, por que não os substituiu, logo que o sentiu, pois somente dele dependia fazê-lo, e pretende agora substituí-los, envolvendo no ato a responsabilidade da oposição?

E que, sabendo-se irremediavelmente falido, o sr. Getúlio Vargas quer arranjar uma generosa concordata.